



## **FORMAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E O ENSINO JURÍDICO: AVALIAÇÃO DA ADVOCACIA EM DIREITOS HUMANOS NO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA NA FACULDADE DE DIREITO DE SOUSA – PARAÍBA**

Henrique Nogueira Moura<sup>1</sup>, Eduardo Pordeus Silva<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Esta pesquisa emerge de preocupações acadêmicas anteriores que se prestaram a avaliar, criticamente, a formação e a prática da advocacia e da assessoria em Direitos Humanos no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) do Centro de Ciência Jurídicas e Sociais, *Campus Sousa*, da Universidade Federal de Campina Grande. Com base na estrutura curricular do Plano Pedagógico do Curso de Direito de 2015, a investigação analisou esse viés de atuação em 30 processos judiciais eletrônicos (PJs) findos de demandas penais e civis. À consecução dos resultados, adotou-se a pesquisa exploratória e qualitativa; as análises dos PJs do NPJ foram por intermédio de técnica descritiva e quantitativa, extraídos por amostragem estratificada proporcional, cuja matriz de classificação adotada aos 30 PJs, advindo dos estratos: tempo (2015 a 2018 – data início de distribuição), PJs findos, demandas cíveis e penais (sob perguntas pré-estabelecidas) no banco de dados dispostos no *site* Tribunal de Justiça da Paraíba. Das perspectivas identificadas na investigação, chama-se a atenção à alta morosidade processual, superior à média apresentada pelo Conselho Nacional de Justiça de 2017. Há inúmeras deficiências na estrutura da prática jurídica, particularmente, o tecnicismo da formação dos estagiários e docentes e ainda considerando as deficiências do sistema judiciário brasileiro. Enaltece-se a radiografia de exclusão social e, pois, a precariedade dos direitos relativos ao efetivo acesso ao Judiciário. Portanto, há necessidade de adoção no NPJ de mecanismos institucionais ao direcionamento para ouvidorias, órgãos de proteção social e de atendimento psicológico à assessoria efetiva e contínua via atuação e responsabilidade social do NPJ.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos, assessoria jurídica, NPJ.

---

<sup>1</sup>Aluno do Curso de Bacharelado em Direito, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS), UFCG, Sousa, PB, e-mail: hicknogueira@hotmail.com

<sup>2</sup>Doutor, professor adjunto III, Unidade Acadêmica de Direito, UFCG, Sousa, PB, e-mail: eduardopordeus@gmail.com



***TRAINING IN HUMAN RIGHTS AND LEGAL EDUCATION: EVALUATION OF  
HUMAN RIGHTS LAW AT THE LEGAL PRACTICE OF THE SOUSA LAW  
COLLEGE***

**ABSTRACT**

This research emerges from previous academic concerns that have critically assessed the training and practice of advocacy and advisory in Human Rights at the Center for Legal Practice (NPJ) of the Center for Legal and Social Sciences, Campus Sousa, Federal University. from Campina Grande. Based on the curricular structure of the 2015 Law School Pedagogical Plan, the investigation analyzed this performance bias in 30 electronic court cases (PCs) after criminal and civil claims. In order to achieve the results, the exploratory and qualitative research was adopted; The analyzes of the NPJ's PCs were by means of descriptive and quantitative technique, extracted by proportional stratified sampling, whose classification matrix adopted at 30 PCs, coming from the strata: time (2015 to 2018 - start date of distribution), finished PCs, demands civil and criminal cases (under pre-established questions) in the database on the Tribunal de Justiça da Paraíba website. From the perspectives identified in the investigation, attention is drawn to the high procedural slowness, higher than the average presented by the 2017 National Council of Justice. There are numerous shortcomings in the structure of legal practice, particularly the technicality of the training of trainees and teachers and also considering the shortcomings of the Brazilian judicial system. It is praised the radiography of social exclusion and, therefore, the precariousness of the rights related to the effective access to the Judiciary. Therefore, there is a need to adopt in the NPJ institutional mechanisms for directing ombudsmen, social protection agencies and psychological assistance to effective and continuous advice through NPJ's action and social responsibility.

**Keywords:** Human Rights, legal advice, NPJ.